

CAE discute reaquecimento da economia brasileira

Este é o principal tema da audiência pública em que serão ouvidos, amanhã, o ministro Alcides Tápias e o presidente do BNDES, Andrea Calabi.

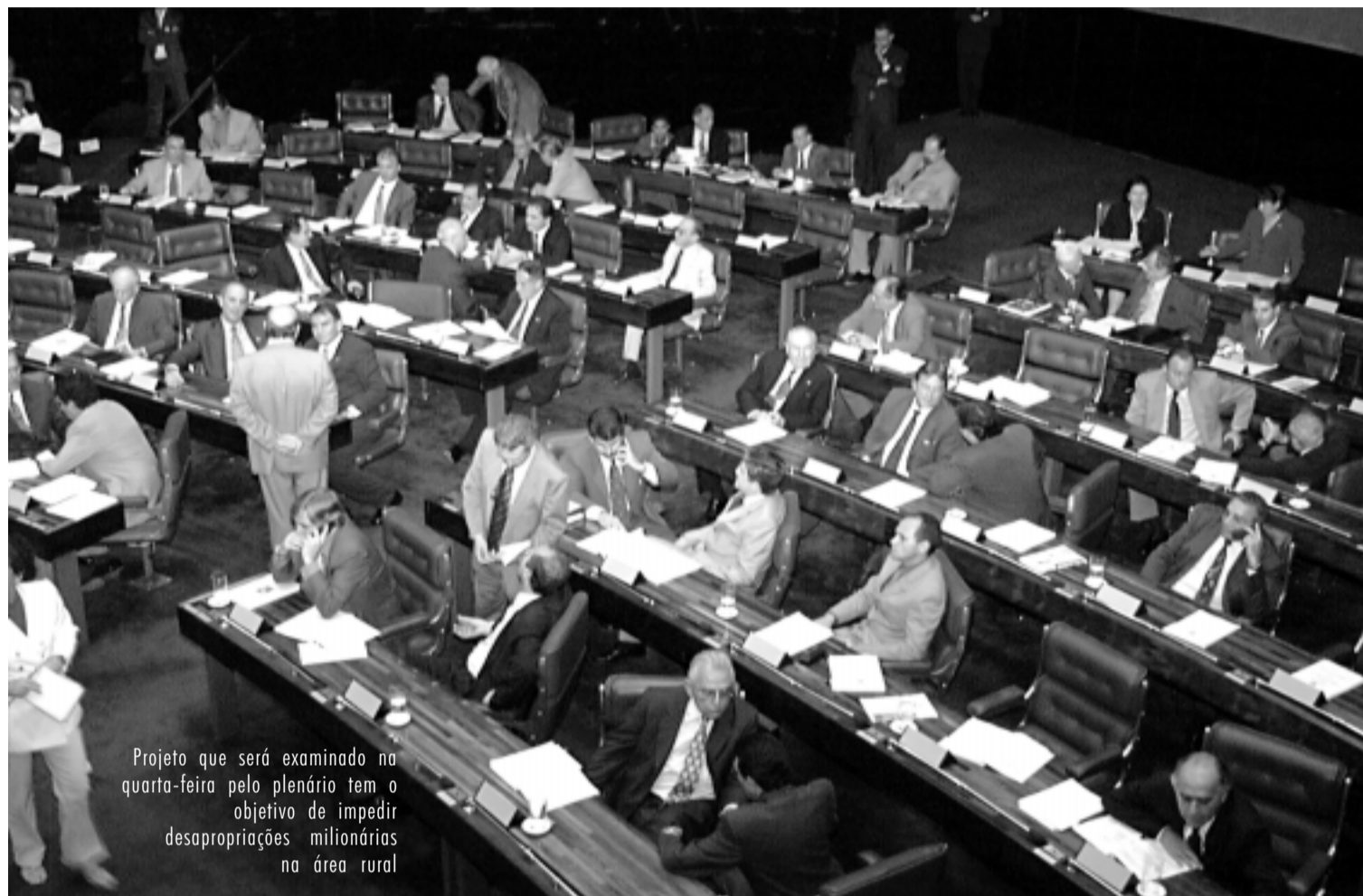
PÁGINA 3

CPI DO JUDICIÁRIO

Comissão ouve juízes sobre denúncia contra tribunal de MT

A CPI ouvirá nesta semana dois juízes sobre as denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

PÁGINA 2



Projeto que será examinado na quarta-feira pelo plenário tem o objetivo de impedir desapropriações milionárias na área rural

Plenário aprecia proposta para evitar indenizações milionárias

Projeto de Ademir Andrade, cuja votação deve ocorrer na quarta-feira, exclui do valor pago por desapropriações na área rural itens que, segundo o senador, podem causar prejuízos ao erário

CCJ

SENADORES DEBATEM NOVAS REGRAS PARA A EDIÇÃO DE MPs

Os limites para a edição de medidas provisórias são o principal tema da pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará na quarta-feira, a partir das 10h.

PÁGINA 2



O Senado retoma nesta semana a discussão de alternativas para evitar o uso indiscriminado do instituto da medida provisória

O plenário do Senado examinará na quarta-feira projeto do senador Ademir Andrade modificando normas relativas à desapropriação de imóvel rural por interesse social. O objetivo da proposta é impedir o pagamento de indenizações exageradas.

A legislação atual prevê que a indenização da terra desapropriada corresponderá ao valor apurado na perícia, ou determinado pelo juiz, corrigido até a data do pagamento. O projeto exclui da indenização o pagamento de juros compensatórios, assim como coberturas florísticas, naturais ou cultivadas para embelezamento.

PÁGINA 3

CCJ discute na quarta emenda que limita MPs

Comissão debate um dos mais polêmicos temas do Congresso. Senador José Fogaça, designado relator, pretende apresentar substitutivo com várias alterações à proposta enviada pela Câmara dos Deputados

CPI ouvirá dois juízes de Mato Grosso

A CPI do Judiciário ouvirá dois magistrados de Mato Grosso nesta semana. Amanhã está previsto o depoimento do juiz de direito José Geraldo Rocha Barros Palmeira. No dia seguinte, deverá depor o desembargador Athaíde Monteiro da Silva.

Geraldo Palmeira deverá falar sobre informações prestadas pelo juiz alagoano Daniel Antonio Souza Accioly. O juiz contou aos senadores da CPI que o magistrado mato-grossense teria intercedido junto a ele com o objetivo de viabilizar a transferência para a comarca de Atalaia (AL), onde Daniel era titular, de Maria Luíza Almirão dos Santos, condenada por tráfico de drogas. Ela cumpria pena em Alto Araguaia (MT).

Na quarta-feira, o desembargador Athaíde Monteiro deverá prestar esclarecimentos sobre os depoimentos dos advogados Elarmin Miranda e Marco Aurélio Rodrigues Ferreira, que afirmaram à CPI que o empresário Josino Pereira Guimarães teria intermediado a venda do resultado de uma sentença.

Subcomissão do Idoso realiza audiência amanhã

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Maia Guimarães, e o coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso, professor Jorge Alexandre Silvestre, participam amanhã de reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, criada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e presidida pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Na audiência pública, a primeira da subcomissão, eles deverão prestar informações e apresentar proposições relacionadas com ações de segurança, nos aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo, além de atos de assistência e defesa da saúde do idoso.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) discute na quarta-feira, a partir das 10h, um dos assuntos mais polêmicos em tramitação no Congresso – a edição de medidas provisórias por parte do presidente da República. A comissão deve ouvir o senador José Fogaça (PMDB-RS), designado relator de uma proposta de emenda constitucional que limi-

ta a edição de MPs.

O Senado já votou há pouco mais de dois anos um projeto do então senador Espereidião Amin que, ao tramitar na Câmara, recebeu emendas dos deputados. Por causa das emendas, a matéria voltou ao exame dos senadores e, recentemente, os líderes decidiram colocá-



Fogaça discorda de mudanças feitas pelos deputados

la entre as prioridades do Senado neste semestre.

Fogaça pretende apresentar substitutivo à proposta da Câmara que, se aprovado pelos senadores, voltará à discussão dos deputados.

Há dias, lideranças partidárias têm tentado chegar a um acordo sobre o assunto.

O senador discorda de algumas alterações feitas pela Câmara, principalmente a manutenção de sessões conjuntas do Congresso para apreciação de medidas provisórias. Fogaça entende que MPs devem ser examinadas separadamente pelas duas Casas.



SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1999

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (19.10.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 57/98, dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica; *PLC nº 23/99, autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade; *PDL nº 39/97, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas (SP); *PDL nº 82/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cabugi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal (RN); e *Mensagem nº 159/99, (votação secreta) submete à deliberação do Senado a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer a de embaixador do Brasil junto à Albânia.

Hora do Expediente: Será dedicado a homenagear o Dia do Professor.

Quarta-feira (20.10.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 10/99, dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; *PDL nº 61/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Internacional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quedas do Iguaçu (PR); *PDL nº 86/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina (ES); *PLS nº 224/99, modifica a Lei Complementar nº 53/86, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na compra de veículos por paraplegicos e portadores de defeitos físicos; *PLS nº 336/99 - Complementar, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; e *Parecer nº 794/99, sobre a Mensagem nº 173/99, que submete à deliberação do Senado a escolha do general-de-exército José Luiz Lopes da Silva, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

Quinta-feira (21.10.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PDL nº 69/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas (PR); *PLS nº 180/99, altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter

nacional; *Requerimento nº 564/99, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 131/99, com os projetos de lei do Senado nºs 122 e 356, de 1999, e nºs 198 e 223, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 571/99, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 5 e 16, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Hora do Expediente: Será dedicado a comemorar os 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco, ocorrido no dia 19 de agosto, bem como o cinquentenário da Fundação Joaquim Nabuco, entidade vinculada ao Ministério da Educação.

Sexta-feira (22.10.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (19.10.99)

9h30 - Comissão para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Exposição do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápicas e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Andrea Calabi, acerca da estratégia do governo federal de retomada do crescimento econômico, suas diretrizes, prioridades, mecanismos de financiamento e sistemática operacional. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h - CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação dos relatórios sobre os seguintes casos examinados pela CPI: irregularidades ocorridas no âmbito do TRT/RJ - 1ª Região; denúncias de adoções internacionais irregulares em Juiz de Fora (SP); e suspeitas de falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

11h - Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Renato Maia Guimarães e o coordenador do Programa de Atenção à Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, Jorge Alexandre Silvestre, com a finalidade de prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Discussão e deliberação das propostas de emenda ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - CPI do Judiciário

Depoimento de José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, juiz de Direito - caso/MT. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 181/99, propõe ao Senado seja autorizado empréstimo de US\$ 202 milhões do Brasil junto ao Banco Mundial (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação; *Mensagem nº 184/99, encaminha ao Senado a programação monetária para o quarto trimestre de 1999; *PLS nº 127/99, dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União; *Ofício "S" nº 17/99, encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare - 99/117, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporação Andina Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, cujos recursos serão destinados à obras para distribuição de energia elétrica e discussão de propostas de emenda ao Orçamento. *Ala*

Senador Alexandre Costa - Sala 19

18h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; e *votação das propostas de emenda ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

18h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório referente à construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho; *Requerimento do deputado Giovanni Queiroz, solicitando que seja convidado o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003; e *PL nº 26/99 - CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos territórios, crédito especial no valor de R\$ 600 mil para os fins que especifica. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira (20.10.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Entre outros, *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; *PLC nº 25/99 e *PLS nº 54/99, altera o art. 1º da Lei nº 8.287/91, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc), nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; *PLC nº 28/99, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista; *PLC nº 72/95, disciplina os anúncios de oferta de emprego; *Mensagem nº 98/99, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; e *discussão das propostas de emenda ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros, *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara dos Deputados à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PLS nº 10/99, altera o disposto na Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; e *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento de Athaíde Monteiro da Silva, desembargador do TJMT. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e escolha das propostas de emenda ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE discute retomada do crescimento econômico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para ouvir o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Andrea Calabi. Ambos discutirão com os senadores a estratégia do governo federal de retomada do crescimento econômico e suas diretrizes, prioridades, mecanismos de financiamento e sistemática operacional.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convocou também para amanhã, às 17h, reunião destinada a apreciar uma pauta de cinco matérias, todas não terminativas. Entre elas, pedido de autorização para empréstimo do Brasil junto ao Banco Mundial no valor de até US\$ 202 milhões, destinados ao financiamento parcial da segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola II).

Outro item da pauta refere-se a pedido do governo de Roraima para contratar empréstimo de US\$ 26 milhões junto à Corporación Andina de Fomento com o objetivo de financiar obras de distribuição de energia elétrica.

Maria do Carmo critica desigualdade regional no Brasil

A desigualdade regional é, isoladamente, o mais grave de todos os problemas nacionais, afirmou, na sexta-feira, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), para quem o país tem uma concentração "exagerada" de investimentos públicos no Sul e no Sudeste. Ela sustentou que os subsídios, ao contrário do que ocorre atualmente, deveriam estar concentrados no Nordeste, que é a região mais pobre do país.

Para Maria do Carmo, se o governo deixar a economia fluir com base no livre mercado, a questão das desigualdades regionais poderá ser ainda mais aguda nos próximos anos. O perigo, acrescentou, é crescer no Brasil um movimento separatista, como vem acontecendo em outros países.

A senadora disse que há fatores positivos nas diversidades regionais do país e que é preciso aproveitá-los, até porque, afirmou, o Norte e o Nordeste são "extremamente viáveis economicamente". O Nordeste, acrescentou, pode transformar-se numa espécie de Califórnia brasileira, recebendo investimentos planejados e com condições para enfrentar as secas, o que proporcionaria a geração de milhões de empregos. Quanto à região Norte, a senadora afirmou que tem o maior potencial de energia hidrelétrica do planeta, além da maior riqueza de reservas minerais e de terras agricultáveis.

Senado vota projeto contra desapropriações milionárias

Proposta do senador Ademir Andrade, que será votada na quarta-feira pelo plenário, modifica lei sobre indenizações de terras por interesse social

O Senado aprecia na quarta-feira projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) modificando a lei que dispõe sobre o procedimento contraditório especial para a desapropriação de imóvel rural por interesse social. O objetivo do projeto é impedir que a Lei Complementar 76/93 seja usada para o pagamento de indenizações exageradas.

Hoje, a lei prevê que a indenização da terra desapropriada corresponderá ao valor apurado na data da perícia, ou ao determinado pelo juiz, corrigido monetariamente até a data do pagamento. O projeto de Ademir Andrade exclui do valor da indenização o pagamento de juros compensatórios, assim como coberturas florísticas, naturais ou cultivadas para



Ademir Andrade: proteção ao erário público

embelezamento. Ele não vê justificativa para essa indenização, a não ser a hipótese de o indenizado querer se locupletar com recursos do erário.

No mesmo dia, o Senado vota projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que inclui a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por paraplegicos e portadores de defeitos físicos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) ofereceu substitutivo à matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

Será ainda votado na quarta-feira projeto oriundo do Executivo que visa aperfeiçoar o processo e julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade, a fim de torná-las

mais rápidas e eficientes. Pelo projeto, o relator do processo no Supremo Tribunal Federal poderá indeferir liminarmente as petições não fundamentadas ou manifestamente improcedentes.

Na mesma sessão, os senadores devem deliberar sobre mensagem presidencial com a indicação do general José Luiz Lopes da Silva para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do general Edson Alves Mey.

Amanhã, o plenário deve decidir sobre a criação e funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração dos cidadãos. O projeto dispõe que, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, essas cooperativas devem fundamentar-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana.

Tebet elogia medidas para reduzir os juros

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu na sexta-feira a fiscalização das instituições financeiras pelo Banco Central para que as medidas anunciadas pelo governo com o objetivo de reduzir os juros surtam o efeito desejado. Só assim, avalia o senador, seus benefícios serão percebidos pelo consumidor final:

— Os bancos captam dinheiro a 19%, 20% ou 21% e o aplicam a quase 200% ao ano. É uma calamidade que exige providências. Temos que cobrar das autoridades que as medidas sejam realmente cumpridas pelos estabelecimentos bancários, cujos balanços registram lucros estratosféricos — frisou.

Tebet se disse otimista com as medi-

das. Segundo ele, o governo federal percebeu a necessidade de adotar decisões que "toquem o consumidor" e não sejam apenas medidas macroeconômicas:

— O sistema financeiro lucra muito, nada contribui e é incentivado. Já os setores produtivos, como a agricultura, estão sofrendo.

Para o senador, a medida que reduz de 6% para 1,5% o IOF para pessoas físicas é quase "uma glicose na veia" e fortalecerá "os que produzem e os que dão emprego". Tebet disse esperar que os recursos bancários sejam orientados para quem efe-



Tebet: redução do IOF é uma "glicose na veia"

tivamente necessita e criticou os juros compostos — rejeitados pela Justiça e cobrados na prática no caso dos cheques especiais, explicou.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que as medidas não passam de um "pacote de marketing político", com efeitos pífios:

— É preciso que não se estabeleça otimismo algum porque a decepção será muito maior para o povo. É preciso que o país saia das mãos dos especuladores e do capital financeiro. E nosso presidente não fará isto. Ele está ensandecido com a proposta neoliberal — sentenciou.

Jucá prega mobilização de empresários

Em nome da liderança de seu partido, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) sugeriu na sexta-feira que as associações de micro e pequenos empresários de todo o país se mobilizem para tornar realidade as medidas anunciadas recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, dentro do programa Brasil Empreendedor, para reativar a atividade econômica.

Romero Jucá também apelou aos agentes financeiros para que tenham a sensibilidade de executar bem essas medidas, recebendo e orientando os pequenos empresários de forma adequada, a fim de que "os caminhos que o presidente Fer-



Jucá: bancos precisam ter sensibilidade

nando Henrique Cardoso abre com essas ações corajosas possam ser transformados em atividade econômica e geração de empregos".

Entre os itens anunciados como parte do programa Brasil Empreendedor, Jucá ressaltou a liberação de R\$ 8 bilhões para financiamento das atividades de micro, pequenas e médias empresas, a partir de 3 de novembro, assim como as diversas linhas de crédito abertas pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

As medidas do governo — que deverão propiciar, segundo Jucá, a geração de 3 milhões de empregos —

incluem a criação do Fundo de Aval para a Geração de Empregos, que facilitará a liberação de financiamentos a empreendedores de baixa renda, e a redução de 1,5% para 0,5% da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de empréstimos para pequenos empresários dos programas FAT-Proger e Fampe-Sebrae.

Lembrando que na sexta-feira se celebrou o Dia do Professor, Romero Jucá homenageou os mestres de todo o país e em particular os de Roraima, que, segundo o senador, lutam com dificuldades, enfrentam distâncias, sol e chuva, a malária e todas as adversidades das regiões pobres da Amazônia para levar a educação e "criar uma luz na mente dos jovens que precisam trilhar caminhos melhores na sua vida".

Comissões apreciam as emendas ao Orçamento

As comissões permanentes do Senado reúnem-se durante esta semana para discutir e aprovar as emendas de comissão ao Orçamento da União do próximo ano. O prazo para apresentação das propostas por parte dos senadores às comissões terminou na sexta-feira, e a data limite para encaminhá-las à Comissão Mista de Orçamento é o próximo dia 22 (sexta). Cada comissão tem o direito de apresentar cinco emendas ao Orçamento.

As comissões de Educação, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura reúnem-se amanhã, às 11h30, às 17h e às 18h30, respectivamente, para tratar da apreciação das emendas. A Comissão de Assuntos Sociais marcou reunião para a quarta-feira, às 9h. A Comissão de Constituição e Justiça reúne-se na mesma data, após a Ordem do Dia. A Comissão de Relações Exteriores ainda não definiu data para sua reunião.

Heloísa Helena pede informações sobre empréstimo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu à Mesa do Senado rápida tramitação do requerimento solicitando informações ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre a contratação de empréstimo feito pelo Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 2,2 bilhões. Os recursos, conforme informou, serão destinados a atender famílias de baixa renda.

A senadora acrescentou que o empréstimo faz parte do acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas que, mesmo assim, o BID estabeleceu algumas condições para a aprovação. "Felizmente, essas condições enfatizam a necessidade de manter investimentos na área social", disse.

Heloísa Helena observou que o Senado tem discutido possibilidades e formas para que o governo garanta e amplie os recursos orçamentários para programas da Rede de Proteção Social.

No requerimento, a senadora indaga, entre outras coisas, se "a chamada exigência adicional, pelo Senado, de montantes maiores do que os previstos para os programas da Rede de Proteção Social poderia afetar a contratação do empréstimo".



Heloísa Helena: requerimento sobre empréstimo

Saturnino propõe reativação da marinha mercante

Para isso, ele sugere que seja estimulada a formação de uma empresa de grande porte, eventualmente com a participação de capital estrangeiro, em condições de apresentar níveis de competitividade internacional

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez na sexta-feira um apelo para que o governo tome a iniciativa de estimular os empresários do setor da marinha mercante a constituírem uma empresa de grande porte, com ou sem a participação de capitais externos, em condições de competitividade internacional. Ele lembrou que a marinha mercante brasileira, que já transportou 40% das exportações, hoje não transporta mais de 3%.

—O governo deve considerar a possibilidade de estimular a constituição de uma empresa forte, tendo como núcleo

os petroleiros da Fonape (Petrobrás) e os graneleiros da Docenave (Vale do Rio Doce), capazes de transportar cargas gerais e específicas — sugeriu o senador.

Na sua opinião, esta é a única maneira de reerguer a marinha mercante e os estaleiros brasileiros. Saturnino lembrou que a indústria naval brasileira, que em tempos mais ou menos recentes era considerada a se-



Roberto Saturnino: "O Brasil está na contramão do mundo"

gunda maior do mundo, não terá chances "dentro dessa lógica capitalista baseada na concentração, se a área oficial não entender que precisa investir, sem perda de tempo, na formação dessa grande empresa".

—Minha preocupação é que o Brasil está na contramão desse processo de concentração. Enquanto, por exemplo, no Japão, bancos se fundiram para

formar a maior instituição financeira do planeta, aqui, o governo divide as empresas de telecomunicações para vendê-las mais facilmente — protestou.

Saturnino informou que, depois do primeiro pronunciamento que fez sobre o assunto, recebeu cartas de pessoas interessadas, e frisou que estava dando continuidade a uma tentativa de analisar o que está acontecendo com esse importante setor da economia nacional. Ele disse estar empenhado em introduzir o tema marinha mercante na pauta das discussões dos grandes problemas nacionais.

O parlamentar aplaudiu iniciativa de um grupo de estudiosos que está promovendo o ciclo de palestras e debates "O Rio pensa o Brasil", todas as sextas-feiras, no Rio de Janeiro. Ele observou que, por enquanto, os temas abordados no ciclo são de âmbito nacional. "Mas, na medida em que a iniciativa se firmar, vamos procurar introduzir assuntos mais específicos, como a questão da marinha mercante", afirmou. O senador pediu a transcrição de palestra realizada no ciclo pelo economista José Carlos Assis, intitulada "Por uma política radical de pleno emprego".

Lauro registra escolha de Marx como cérebro do milênio

Ao lembrar que Karl Marx foi escolhido o "cérebro do milênio" em pesquisa feita na Internet pela BBC de Londres, o senador Lauro Campos (PT-DF) manifestou alegria por ter vivido o suficiente para ver o reconhecimento do pensador alemão. Em seu discurso, o senador prestou uma homenagem àquele que, segundo disse, foi "satanizado no século XX pelo pensamento reacionário, cujas raízes impedem a evolução verdadeira e a superação de nossa civilização".

Lauro Campos fez um breve histórico da vida de Marx e destacou "sua visão crítica e construtiva da sociedade capitalista, na qual ele viu emergir uma classe social que não tivera ainda olhos e



Lauro Campos: contra o processo de satanização de Marx

cabeças". Essa classe emergente, segundo o senador, encontrou em Marx "o seu olho, a sua boca, a sua forma de expressão".

Ele também falou do desemprego tecnológico, lembrou que Marx já previa que a máquina substituiria o homem "até o seu limite: zero". A solução para esse tipo de desemprego, observou, tem sido o achatamento salarial. Ele afirmou que

quando se achatam os salários o que um trabalhador deixa de ganhar vai pagar outros trabalhadores. "Somos nós, trabalhadores, que criamos oportunidades de emprego e dinheiro para reempregar", disse. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), na presidência da sessão, aliou-se à homenagem de Lauro Campos a Marx.

Leomar Quintanilha faz homenagem a Havelange



Quintanilha elogiou a "seriedade" de João Havelange

por sua contribuição em favor da paz entre os povos por intermédio do esporte. O futebol, afirmou o senador, além de divertir multidões, contribuiu efetivamente para a paz mundial.

—Países em conflito, como os Estados Unidos, o Irã e o Iraque, foram aproxima-

dos pelo futebol. Regiões longínquas e muitas vezes beligerantes foram alcançadas pela magia desse esporte, uma modalidade que encanta os quatro cantos do mundo pela beleza plástica e pela emoção que provoca — afirmou.

Após lembrar que a Câmara realizou, recentemente, uma sessão solene em homenagem ao ex-presidente da Fifa, o senador pelo Tocantins fez um relato das realizações de Havelange. "Quando assumiu a presidência, a federação promovia duas competições, uma delas a Copa do Mundo com apenas 16 participantes. Hoje, ela tem 204 filiados, promove dez competições e uma Copa do Mundo com 32 seleções", destacou.

Para Quintanilha, tais fatos evidenciam "a seriedade e a competência" com que o brasileiro Havelange administrou a Fifa por mais de duas décadas.

Requião cobra resultados de denúncia contra Abril

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento dirigido ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando informações sobre os resultados das conclusões da CPI da Câmara que, na década de 80, apurou as atividades da empresa Quatro Rodas, de propriedade do Grupo Abril. Voto em separado, de autoria do deputado Del Bosco Amaral e aprovado pela CPI, qualifica as relações envolvendo a Embratur, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e a Quatro Rodas para a construção de hotéis no Maranhão e na Bahia como "excepcionais, especiais, privilegiantes e imorais".

Conforme o voto em separado, lido por Requião na sexta-feira em plenário, a empresa teve tratamento favorecido

em financiamentos públicos para a construção dos hotéis, deixou de cumprir normas do Banco Central e do Banco do Brasil e violou a legislação em vigor. Segundo o documento, a empresa Quatro Rodas vendeu os hotéis para o grupo espanhol Sofitel, mas ficou com partes desmembradas daquelas áreas.

Requião disse que não soube dos desdobramentos da CPI. Ele cobrou da imprensa a apuração dos fatos e das autoridades, a punição dos responsáveis pelas irregularidades cometidas. O senador citou vários nomes que o deputado Del Bosco



Requião: "Relação incestuosa" entre governo e Grupo Abril

Amaral relaciona em seu voto, entre os quais ex-ministros e ex-dirigentes de órgãos públicos que teriam trabalhado para o Grupo Abril. "Houve uma relação incestuosa entre a empresa e a administração pública", frisou.

Mais uma vez, Requião afirmou que o grupo enviou para o exterior US\$ 250 milhões por meio de contas CC-5, de residentes no exterior. Ele reclamou que os jornais, embora tenham feito ampla divulgação da CPI dos Precatórios, nada tenham publicado sobre as atividades do Grupo Abril e a remessa de recursos ao exterior.

Viana destaca sucesso de vacinação no Acre

A população do Acre vem tendo um acesso muito maior às campanhas de vacinação desde o início do governo Jorge Viana, em janeiro passado. Foi o que afirmou o senador Tião Viana (PT-AC), ao anunciar, na sexta-feira, que o governo estadual esperava aplicar mais de 450 mil doses da vacina contra a febre amarela na campanha nacional de vacina-



Tião Viana: 899 mil pessoas vacinadas contra a hepatite B

ção que se realizaria sábado. A febre amarela, afirmou o senador, é um dos maiores problemas epidemiológicos na Amazônia. Só neste ano, foram detectados 48 casos na região.

O Acre, destacou Viana, tem conseguido progressos na luta contra a hepatite B. O número de vacinados passou de 32 mil em 1997 para 56 mil em 1998, e, em 99, saltou para 899 mil

desde janeiro. Ele disse que o Acre deverá ser o primeiro estado da região amazônica a erradicar a doença.

—A seriedade e a competência do nosso governo levaram o Ministério da Saúde a entregar à Secretaria de Saúde estadual a responsabilidade por parte do trabalho — disse Viana, que chamou a atenção para o papel desempenhado pela Fundação Nacional de Saúde.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do governo Jorge Viana e o acerto da política integrada com o Ministério da Saúde.

Mozarildo pede eleição para reitor em RR

Aproveitando a passagem do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que autorize a convocação de eleições para a reitoria da Universidade Federal de Roraima. A universidade, explicou, está sob intervenção federal há meses, sob a direção do vice-reitor, que deverá deixar o cargo no fim deste mês.

Mozarildo disse ter recebido informações de que a intenção do ministro, por meio da Secretaria de Ensino Superior, é nomear um novo reitor, sob a alegação de que a universidade, por ser nova, não tem uma comunidade acadêmica suficientemente madura para eleger o reitor. O senador contestou o argu-



Mozarildo: melhores condições de trabalho para os professores

mento, lembrando que a mesma comunidade já elegeu dois reitores e "anseia por essas eleições".

Ele também homenageou os professores do seu estado, pedindo melhores condições de trabalho para a categoria.